

# Caso de polícia: gastamos mais de R\$ 2 trilhões com o Sistema da Dívida em 2025 **WEB**

Nesse artigo, dissecamos os números da dívida pública federal em 2025 e mostramos as profundas disparidades entre os números que vêm sendo divulgados e o seu verdadeiro montante

Por: [Maria Lucia Fattorelli](#) e [Rodrigo Ávila](#)

Publicado em 19 de fevereiro de 2026

🕒 Tempo de leitura: 7 min

🔗 Compartilhar

📘 Facebook

🐦 Twitter

📧 WhatsApp

✉ E-mail

🖨 Imprimir



Por meio dos juros abusivos e demais mecanismos operados pelo Banco Central, como a “Bolsa-banqueiro”, um volume brutal de recursos públicos tem sido transferido para o Sistema da Dívida

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Nesse artigo, vamos dissecar os números da dívida pública federal em 2025, resumidos no tradicional gráfico em formato de pizza elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). Vamos mostrar as profundas disparidades entre os números que vêm sendo divulgados pela grande mídia e o verdadeiro montante da dívida pública federal, o efetivo gasto com juros dessa chamada dívida e a necessidade de auditoria.

Trataremos também da necessidade de investigar o Banco Central, tendo em vista que não há justificativa técnica ou científica para a manutenção da taxa básica de juros Selic em patamares tão elevados como os que têm sido praticados no país, cujas consequências gravíssimas e abrangentes podem ser resumidas em uma palavra: roubo! Isso tem que ser investigado!

## Os verdadeiros números da dívida pública federal

O gráfico representativo do orçamento federal executado em 2025 escancara o privilégio do Sistema da Dívida e o gasto exorbitante de R\$ 2,135 trilhões com o pagamento de juros e amortizações com uma chamada dívida, sem contrapartida e sem qualquer transparência acerca dos nomes dos credores e beneficiários dos questionáveis

mecanismos. Problema apontado há anos pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD):

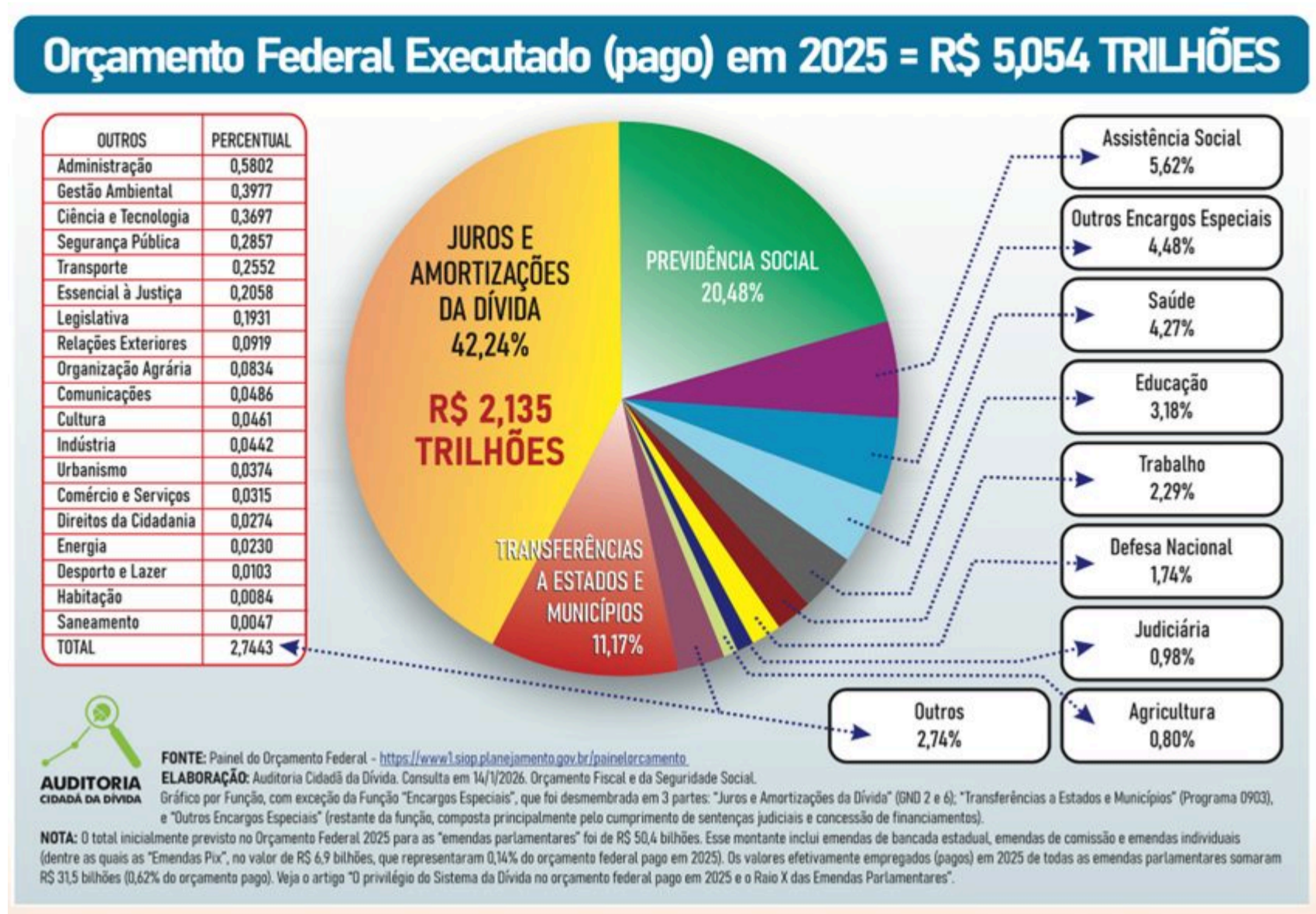


Foto: ACD/Divulgação

## Divergências grosseiras na informação sobre os juros pagos da dívida

O valor gasto com juros pagos ao Sistema da dívida em 2025 chegou a R\$ 1,165 trilhão em 2025, conforme estimativa feita com base em dados oficiais de estoque e custo médio da dívida pública federal referentes ao ano passado.

Essa estimativa é feita de forma extremamente conservadora e foi obtida multiplicando-se o estoque da dívida no início de 2025 (ou seja, sequer consideramos as novas dívidas contraídas durante o ano) por seu custo médio no ano.

No entanto, o valor dos "Juros e Encargos da Dívida", divulgado pelo Tesouro Nacional, foi de R\$ 363 bilhões, menos de um terço da estimativa conservadora.

Conforme denunciado pela ACD desde 2010, a maior parte dos juros vem sendo contabilizada como se fosse amortização ("refinanciamento" ou "rolagem") – o que é uma fraude e afronta o artigo 167, III, da Constituição Federal.

Muitos daqueles que criticam a ACD não perceberam ainda essa manobra.

Na verdade, todos os valores utilizados no pagamento da dívida devem ser considerados (inclusive os provenientes da emissão de novos títulos para o pagamento de juros ou amortização), pois poderiam e deveriam estar sendo destinados para investimentos sociais, como fazem países desenvolvidos, a juros muito mais baixos e prazos longos.

# Divergências grosseiras na informação sobre o estoque da dívida

O Tesouro Nacional divulgou o Relatório Mensal da Dívida de dezembro de 2025 ([veja a Tabela 2.1](#)), apontando que a Dívida Pública Federal cresceu R\$ 1,7 trilhão no ano passado, saltando de R\$ 9,833 trilhões para R\$ 11,496 trilhões. Portanto, esse é o dado oficial do estoque da dívida no final de 2025.

No entanto, a grande mídia e setores do próprio governo divulgam um estoque no valor de R\$ 8,635 trilhões, pois omitem o montante de R\$ 2,861 trilhões referentes aos títulos públicos entregues ao Banco Central (BC) – sobre os quais o Tesouro Nacional paga juros ao BC – para serem repassados aos bancos nas chamadas “operações compromissadas”.

Essas operações têm sido praticadas no Brasil de forma abusiva, em patamares elevadíssimos, sem paralelo no mundo, e pagando os juros mais elevados do planeta. Devido à falta de justificativa para tamanha benesse, a ACD tem denunciado esse abuso, caracterizando-o como uma verdadeira “[Bolsa Banqueiro](#)”.

## A dívida pública retirou R\$ 102 bilhões das áreas sociais em 2025

A análise dos dados demonstra a falsidade do discurso que vem sendo adotado pela grande mídia e personagens do setor financeiro no sentido de que no Brasil, os juros seriam altos porque o governo estaria tomando mais empréstimos para abastecer as áreas sociais (especialmente o pagamento do funcionalismo e benefícios previdenciários), o que estaria gerando o “déficit público”, aumentando a dívida e assim levando o “mercado” a exigir taxas de juros maiores.

Ao analisarmos os dados do orçamento federal executado em 2025, por exemplo, evidencia-se a comprovação de que dívida pública continua RETIRANDO, e não colocando recursos nas áreas sociais, tendo em vista que:

- R\$ 242 bilhões do gasto com juros e amortizações da dívida pública tem origem em receitas federais que nada têm a ver com a emissão de novos títulos da dívida. Ou seja, corresponde a recursos que deveriam ser empregados em áreas sociais;
- somente R\$ 140 bilhões de recursos obtidos com a venda de novos títulos da dívida pública foram destinados para as áreas sociais.

No cotejo desses dados, depreende-se claramente que, em termos líquidos, a dívida pública retirou R\$ 102 bilhões das áreas sociais em 2025.

Isso além de absorver praticamente a totalidade dos recursos advindos da emissão de novos títulos da dívida pública, que deveriam estar sendo empregados em nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, como fizeram os países avançados.

## Política monetária? Ou desculpa para transferir volumes cada vez maiores para bancos?

Seguindo exatamente o que bancos que ganham com os juros altos desejavam, na primeira reunião do Copom de 2026 a diretoria do Banco Central decidiu manter a taxa básica de juros Selic no abusivo patamar de 15% ao ano, sem qualquer justificativa técnica ou científica que se sustente.

Essa medida prejudica as indústrias; demais empresas; a maioria da população (80% das pessoas estão endividadas), e as contas públicas, pois os juros estão sendo pagos mediante a emissão de novos títulos, o que tem feito a chamada dívida pública explodir, sem qualquer contrapartida em investimentos de interesse da população.

Por meio dos juros abusivos e demais mecanismos operados pelo Banco Central, como a "Bolsa-banqueiro", um volume brutal de recursos públicos tem sido transferido para o Sistema da Dívida.

Esse roubo disfarçado de "política monetária" é que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Polícia Federal (PF) precisam investigar urgentemente, enquanto o Congresso Nacional precisa barrar a PEC 65, que pretende deixar o Banco Central mais à vontade ainda, transformando-o em empresa regida pelo direito privado, aprofundando a sua servidão ao mercado financeiro.

No entanto, o que se vê, é um [oportunismo nefasto](#), aproveitando-se do caos decorrente das fraudes cometidas pelo banco Master, com reflexos em todo o sistema financeiro e rombo de dezenas de bilhões no Fundo Garantidor de Crédito, para avançar a tramitação da PEC 65.

Até quando vamos conviver com um país dominado por questionáveis interesses financeiros? Esperamos que a Polícia Federal e todos os órgãos de controle atuem para punir exemplarmente o escândalo do banco Master e que o Congresso Nacional revogue a inconstitucional e desastrosa "independência" já concedida ao BC, e archive a PEC 65.

[Maria Lucia Fattorelli](#) é coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (CBBP). Escreve mensalmente para o Extra Classe.